



Goiânia, 09 de março de 2021

MENSAGEM nº G-017/2021

Veto Integral ao Autógrafo de Lei nº 004/2021

PL – nº 048/2019, Processo nº 20190283

Autoria: Vereadora Léia Klébica

RAZÕES DO VETO

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

No uso da prerrogativa que me é assegurada pelo § 2º do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Goiânia, restituo a essa Casa de Leis, **Vetado Integralmente**, o incluso Autógrafo de Lei nº 004, de 11 de fevereiro de 2021, que “*Institui políticas públicas voltadas para o combate à alienação parental no município e dá outras providências*”, oriundo do Projeto de Lei nº 048/2019, Processo nº 20190283, de autoria da Vereadora Léia Klébica.

Em análise ao aludido Autógrafo de Lei, o mesmo pretende instituir no Município de Goiânia política pública relacionada ao combate à alienação parental com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de se evitar a prática de determinada conduta (arts. 1º e 2º). Além disso, a proposta legislativa assevera que as ações desenvolvidas no Município de Goiânia serão realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME) em conjunto com o Ministério Público e entidades não governamentais (parágrafo único, art. 2º).

Em seguida, o Autógrafo de Lei atribui competência à Secretaria Municipal de Educação para realizar palestras informativas em escolas da Rede Municipal e Particular de Ensino, as quais deverão ser ministradas por psicólogos e profissionais habilitados em psicologia forense (art. 3º, *caput* e parágrafo único).

Por fim, a proposta legislativa estabelece que caberá ao Poder Executivo editar normas complementares para a efetivação da implantação de ações voltadas à alienação parental (art. 4º).

Inicialmente, ressaltamos a importância da propositura que demonstra a sensibilidade e preocupação da proponente, em vista de um problema que atinge um número considerável de crianças e adolescentes de nosso país.

Entretanto, apesar do elevado escopo da medida, e da necessidade de promover a conscientização da população acerca das consequências irreparáveis da alienação parental, não merece prosperar a proposição, dado o manifesto vício de



PREFEITURA DE GOIÂNIA

inconstitucionalidade formal, em virtude de tratar sobre órgãos públicos e competências da Secretaria Municipal de Educação, bem como definir políticas públicas.

Isso porque as regras básicas de processo legislativo da CF/88 configuram normas constitucionais de reprodução obrigatória, isto é, normas centrais do ordenamento, das quais todos os entes federativos não podem se furtar.

A Constituição do Estado de Goiás estabelece a competência privativa do Prefeito para dispor sobre estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública, conforme redação abaixo indicada:

“Art. 77 - Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

*V - dispor sobre a **estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração municipal;**” (grifo nosso)*

A Lei Orgânica do Município de Goiânia, por seu turno, prescreve nos incisos I e III do art. 89, competir ao **Prefeito a iniciativa de projetos de lei sobre as matérias atinentes à organização administrativa e à estruturação e competências dos órgãos e entidades da administração**, conforme os termos a seguir:

“Art. 89 – Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

*I – a **organização administrativa** e as matérias orçamentárias, nos termos do Art. 135.*

(...)

*III – a **criação, a estruturação e as atribuições dos órgãos públicos da administração municipal**” (grifo nosso)*

Nesse sentido, o Autógrafo submetido à apreciação representa intromissão indevida da Câmara de Vereadores nas atividades próprias do Poder Executivo, em específico no que se refere à imposição de atribuições e competências à Secretaria Municipal de Educação.

O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência firmada nesse diapasão, conforme se observa dos acórdãos abaixo reproduzidos:

*“Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei do Estado do Amapá. 3. **Organização, estrutura e atribuições de Secretaria Estadual. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes.** 4. **Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. Precedentes.** 5. Ação julgada procedente.”*

(STF, ADI 3178, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 27/09/2006, DJ 02-03-2007 PP-00025 EMENT VOL-02266-01 PP-00091 LEXSTF v. 29, n. 341, 2007, p. 35-43, g.)

*“INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. I - **Projeto de lei que visa a criação e estruturação de órgão da administração pública: iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, e, CR/88). Princípio da simetria.** II - **Precedentes do STF.** III - Ação direta julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei estadual paulista 9.080/95.”*



PREFEITURA DE GOIÂNIA

(STF, ADI 1275, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 16/05/2007, DJe-032 DIVULG 06-06-2007 PUBLIC 08-06-2007 DJ 08-06-2007 RT v. 96, n. 864, 2007, p. 158-163, g.)

Quanto às atribuições conferidas à Secretaria Municipal de Educação, uma nova atribuição a par das existentes (vide parágrafo único do art. 2º, e art. 3º do Autógrafo), importante salientar que a Secretaria Municipal de Educação somente tem a gestão e a responsabilidade sobre as Unidades Educacionais pertencentes a esta Municipalidade, não tendo como promover ou realizar outras ações voltadas às unidades pertencentes à rede privada.

A Secretaria Municipal de Educação já possui, na estrutura organizacional, a Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania, que desenvolve atividades contempladas no escopo do Autógrafo em comento, atendendo as normativas nacionais, hoje existentes e incorporadas às ações já desenvolvidas no âmbito daquela Pasta, com as atribuições definidas no art. 39, do seu Regimento Interno, vejamos:

“Art. 39. Compete à Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania, unidade integrante da estrutura da Diretoria Pedagógica, e ao/à seu/sua Gerente:

(...)

II - orientar os diretores das instituições educacionais e demais unidades técnico-administrativas e pedagógicas da SME para a implementação da legislação referente à inclusão, diversidade, meio ambiente, juventude, mulheres, idosos e direitos da criança e do adolescente;

(...)

XXIV - participar de fóruns, debates, eventos, encontros, cursos e outras atividades desenvolvidas pela Rede Municipal de Educação e outras entidades, em âmbitos municipal, estadual e federal, que dialogam com a Política de Inclusão, Diversidade e Cidadania da SME;” (grifo nosso)

Outrossim, cumpre destacar que **o Poder Legislativo não está autorizado a criar atribuições aos órgãos integrantes da Administração Pública, tampouco criação de política ou programa de política pública** sem a necessária observância dos requisitos para expansão das despesas públicas, sob pena de **redesenhar a configuração administrativa do governo e inviabilizar a execução de programas anteriormente planejados**.

Oportuno ressaltar que a criação da referida política envolve despesa pública para sua execução, mormente pela necessidade de o Poder Executivo disponibilizar psicólogos e profissionais de psicologia forense para realizar palestras informativas na rede pública e particular.

Por essa razão a iniciativa deve ser do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 135 da Lei Orgânica do Município:

*“Art. 135 – É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou **aumentem a despesa pública.**”* (grifo nosso)



PREFEITURA DE GOIÂNIA

Nestes termos também é a jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, *ad verbum*:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 2.152, de 22/11/2014, DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS. ADMISSÃO E RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EMITIDOS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL, ESPANHA E PORTUGAL PARA FINS DE ENSINO E PESQUISA DA CIDADE DE CALDAS NOVAS. INICIATIVA PARLAMENTAR. VÍCIO FORMAL. LEI DE INICIATIVA RESERVADA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. 1- Constitui vício formal, acarretando em invasão de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, a promulgação de Lei pela Câmara Municipal local, que gera aumento de despesa ao erário, de modo a interferir na estrutura municipal, sem prévia dotação orçamentária. 2- Afronta aos artigos 2º, caput, e 77, I e V, da Constituição Estadual. 3- Ação Direta de Inconstitucionalidade Julgada Procedente. I. Inconstitucionalidade de Lei Declarada.” (TJ GO, Corte Especial, ADI 106401-75.2015.8.09.0000, Relator: Des. Gerson Santana Cintra, DJ 1926 de 09/12/2015, g.)

Por fim, importante pontuar que a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que seja considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17, com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual.

Assim, por todo o exposto, impõe-se o veto ao Autógrafo de Lei nº 004, de 11 de fevereiro de 2021, razão pela qual restituo **Integralmente Vetado**, confiante na sua manutenção.

Atenciosamente,

ROGÉRIO CRUZ
Prefeito de Goiânia